


**A APRENDIZAGEM ESCOLAR DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE
LIBERDADE ASSISTIDA EM CEILÂNDIA – DISTRITO FEDERAL**

**THE SCHOOL LEARNING OF ADOLESCENTS SERVING PROBATION IN
CEILÂNDIA –DISTRICT FEDERAL**

**EL APRENDIZAJE ESCOLAR DE ADOLESCENTES EN CUMPLIMIENTO DE
LIBERTAD ASISTIDA EN CEILÂNDIA – DISTRITO FEDERAL**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n10-046>

Data de submissão: 06/09/2025

Data de publicação: 06/10/2025

Letícia Maria Mendes Rogae

Mestre em Políticas Públicas para Infância e Juventude

Instituição: Universidade de Brasília (UNB)

E-mail: leticiarogae@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8089-6058>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5280077279409130>

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre a proposta de ensino mais adequada para a promoção da aprendizagem escolar do grupo pesquisado. Realizou-se entrevistas individuais com 10 adolescentes e grupo focal com 6 adolescentes em busca de compreender a percepção dos adolescentes sobre o tema. Dentre os principais resultados encontrados, destaca-se a percepção dos participantes de que há necessidade de repensar ou aprimorar o processo de ensino e aprendizagem, por meio da construção de uma escola que considere efetivamente as particularidades individuais dos alunos, promovendo a condução do ensino com atenção, respeito e efetividade da aprendizagem. Os resultados encontrados contribuem para a aprendizagem escolar dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida, bem como para a reformulação da política de educação para esses estudantes.

Palavras-chave: Educação. Socioeducação. Liberdade Assistida. Aprendizagem Escolar.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the most appropriate teaching proposal to promote school learning among the group studied. Individual interviews were conducted with 10 adolescents and a focus group with 6 adolescents in order to understand the adolescents' perception on the subject. Among the main results found, the participants' perception that there is a need to rethink or improve the teaching and learning process stands out, through the construction of a school that effectively considers the individual particularities of students, promoting the conduct of teaching with attention, respect and effectiveness of learning. The results found contribute to the school learning of adolescents serving socio-educational measures of supervised release, as well as to the reformulation of the education policy for these students.

Keywords: Education. Socio-Education. Supervised Release. School Learning.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la propuesta de enseñanza más adecuada para promover el aprendizaje escolar entre el grupo estudiado. Se realizaron entrevistas individuales con 10 adolescentes y un grupo focal con 6 adolescentes con el fin de comprender la percepción de los jóvenes sobre el tema. Entre los principales resultados encontrados, destaca la percepción de los participantes sobre la necesidad de repensar o mejorar el proceso de enseñanza y aprendizaje, a través de la construcción de una escuela que considere efectivamente las particularidades individuales de los estudiantes, promoviendo una enseñanza con atención, respeto y eficacia en el aprendizaje. Los resultados obtenidos contribuyen al aprendizaje escolar de los adolescentes que cumplen medidas socioeducativas de libertad asistida, así como a la reformulación de la política educativa dirigida a estos estudiantes.

Palabras clave: Educación. Socioeducación. Libertad Asistida. Aprendizaje Escolar.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo originou-se de pesquisa realizada para elaboração de dissertação de Mestrado e tem o objetivo de refletir sobre a proposta de ensino mais adequada para a promoção da aprendizagem escolar segundo a percepção dos adolescentes em cumprimento de liberdade assistida na GEAMA de Ceilândia I – Norte.

No contexto do Distrito Federal, a execução das medidas socioeducativas é realizada pela Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, por meio da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, especificamente nas unidades denominadas de Gerências de Atendimento em Meio Aberto – Geama (DISTRITO FEDERAL, 2022).

O acompanhamento socioeducativo da medida de liberdade assistida no Distrito Federal é orientado por legislações nacionais e distritais. Entre as principais normas que regulam o atendimento socioeducativo no Distrito Federal, cita-se: Constituição Federal de 1988; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas do Distrito Federal, Fluxo de Atendimento em Meio Aberto e Portaria Conjunta nº 10.

Em todas as legislações há disposição acerca da obrigatoriedade da inserção e do acompanhamento escolar, bem como enfatiza-se a importância da escola no processo de ressocialização de adolescentes acompanhados nas medidas de meio aberto. Esclarece-se que o adolescente em cumprimento de medida de liberdade assistida frequenta prioritariamente as escolas de sua região em que reside.

No entanto, observa-se que adolescentes do universo pesquisado tem apresentado uma trajetória de afastamento da escola em razão de situações que dificultam a permanência e a aprendizagem escolar (DISTRITO FEDERAL, 2023). Considerando o contexto observado surge a questão norteadora: na percepção dos socioeducandos qual é a proposta de ensino mais adequada para a promoção efetiva da aprendizagem escolar dos adolescentes em cumprimento de medida de liberdade assistida vinculados a GEAMA de Ceilândia I – Norte?

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A APRENDIZAGEM ESCOLAR

A aprendizagem é processo complexo pelo qual os seres humanos adquirem, modificam ou reforçam conhecimentos, habilidades, atitudes e valores através da interação com outros e com o ambiente ao seu redor (DEMO, 2018; NOGUEIRA; LEAL, 2015).

Já a aprendizagem escolar é um subgrupo específico da aprendizagem cotidiana, que se propõe ao compartilhamento dos conhecimentos científicos, ocorrendo especificamente no ambiente escolar, com a utilização de conteúdos específicos, métodos e avaliações que visam a certificação da aprendizagem dos conhecimentos ensinados na escola (LIBÂNEO, 2005; NOGUEIRA; LEAL, 2015).

Tratando-se da aprendizagem na fase da adolescência, Anjos (2017) e Ferreira (2015) afirmam que o processo de desenvolvimento e aprendizagem juvenil ocorre nas interações sociais, sendo, portanto, a escola espaço privilegiado para a aprendizagem nessa fase. O início da fase da adolescência coincide com grandes mudanças na rotina escolar, como a aprendizagem de conceitos abstratos, mudança tanto no conteúdo dos conhecimentos quanto na forma de ensino, introdução de várias disciplinas e diferentes professores - cada um com exigências distintas, demandando novos mecanismos mentais para compreender o novo contexto. Dessa maneira, durante a adolescência, a escola se constitui como importante espaço de aprendizagem não apenas dos conteúdos escolares, mas também de aspectos relacionados a valores sociais, convívio em sociedade e preparação para a vida adulta.

Para Ferreira (2015), a educação escolar destinada aos adolescentes deve considerar as características dessa fase do desenvolvimento, bem como o contexto sociopolítico da sociedade atual. Nesse contexto, Demo (2018) ensina que, a escola deve se preocupar com a aprendizagem, com a formação da personalidade, da autonomia, da autoria e do protagonismo do jovem estudante, abandonando o simples movimento de dar aula e transmitir conteúdos.

Isso posto, Demo (2018) destaca que o cérebro humano aprende de maneira autoral por meio de uma experiência subjetiva profunda envolvendo razão e emoção. Isso significa que no processo de aprendizagem, a lógica e as emoções estão interligadas no cérebro, por isso, aprender não envolve apenas entender e analisar informações de maneira racional, mas também envolve nossas emoções e experiências pessoais. Portanto, quando aprendemos algo, estamos usando tanto nossa capacidade de raciocínio quanto nossas respostas emocionais, o que torna a experiência de aprendizagem bastante complexa.

Por isso é essencial pensar numa educação escolar que seja capaz de unir teoria e prática, aproximar conhecimentos cotidianos de conhecimentos científicos e considerar as emoções envolvidas na fase da adolescência em busca de garantir uma aprendizagem real e significativa para estudantes autores de atos infracionais.

2.2 MÉTODO

A pesquisa foi realizada na Gerência de Atendimento em Meio Aberto de Ceilândia I - Norte, Distrito Federal e a execução foi dividida em três fases. Fase 1: Realização de entrevistas individuais com 10 adolescentes em acompanhamento na referida Geama; Fase 2: Realização de grupo focal com a participação de 6 adolescentes; Fase 3: Análise do conteúdo e discussão dos dados coletados (BARBOUR, 2009; BARDIN, 1977; LAKATOS, 2017).

Na fase de entrevistas individuais os participantes foram indagados quanto à identificação (idade, raça, gênero) e quanto ao perfil escolar, bem como quanto a percepção dos participantes sobre dificuldades de aprendizagem, relação com os trabalhadores da escola, importância da escola e sugestões de melhoria para uma escola mais adequada para a aprendizagem escolar.

Para a fase do grupo focal, após análise prévia dos dados obtidos na fase de entrevistas, foram convidados a participar do grupo adolescentes estudantes do 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental, 1º e 2º ano do ensino médio e ensino superior. No grupo focal os participantes foram indagados quanto à percepção sobre a escola mais adequada para eles, o que teria nessa escola, o que seria ensinado, de que forma os conteúdos seriam ensinados e qual a melhor forma/estratégia para aprender o que é ensinado na escola.

Na fase de análise e discussão, os dados foram organizados da seguinte maneira: 1. Perfil e trajetória escolar de todos os participantes, 2. Aspectos relacionados às percepções individuais dos participantes e 3. Aspectos relacionados às percepções do grupo focal.

A análise dos aspectos relacionados às percepções individuais dos participantes abrange quatro temáticas: perfil e trajetória escolar, relações escolares, motivos para frequentar a escola e sugestões de melhorias para a escola que impactam na melhoria da aprendizagem.

A análise dos aspectos pertinentes às percepções do grupo focal resultou em três categorias: condições básicas e socioeconômicas, relação aluno-professor e possibilidades para a aprendizagem escolar de adolescentes em liberdade assistida.

Os procedimentos relacionados aos cuidados éticos com a pesquisa incluíram: Autorização para realização de pesquisa pela Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e pela Subsecretaria do Sistema Socioeducativo; Autorização do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (CEP/CHS); Autorização prévia dos responsáveis pelos participantes menores de idade e consentimentos dos participantes via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

2.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS - ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

Tabela 1. Perfil e trajetória escolar dos participantes

Participante	Idade	Raça	Matrícula	Frequência Escolar	Ano Escolar	Modalidade	Histórico de Reprovações	Dificuldade de Aprendizagem
A1	17	Pardo	Sim	Não	8º EF	EJA	1x 7º, 8º EF	Sim
A2	15	Pardo	Sim	Não	9º EF	EJA	1x 9º EF	Não
A3	16	Pardo	Sim	Sim	1º EM	Regular	-	Não
A4	15	Branco	Sim	Não	8º EF	-	3x 8º EF	Apenas mat.
A5	15	Negro	Sim	Sim	1º EM	Regular	-	Sim
A6	17	Pardo	Sim	Sim	1º EM	EJA	2x 3º EF	Apenas mat.
A7	17	Preto	Sim	Sim	1º EM	EJA	2x 1º EM	Não
A8	18	Pardo	Sim	Não	2º EM	Regular	2x 2º EM	Não
A9	14	Pardo	Sim	Não	7º EF	Regular	1x 3º EF	Não
A10	18	Pardo	Sim	Sim	Ensino Superior	-	-	Não

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos na pesquisa (2023).

Observou-se pela tabela 1 o perfil autodeclaratório e a trajetória escolar dos participantes. Depreende-se que todos os participantes estão matriculados, mas apenas cinco frequentam a escola regularmente. Indagados sobre os motivos para não frequentar a escola obteve-se as seguintes justificativas: “*trabalho*”; “*cuidar de familiares*”; “*falta de transporte*” e “*escola chata*”.

A justificativas empregadas apresentam relação com as condições socioeconômicas das famílias, com a necessidade dos filhos mais velhos assumirem os cuidados pelos irmãos mais novos, especialmente em famílias vulneráveis e monoparentais, condições presente no perfil das famílias acompanhadas pela socioeducação, conforme verificado no estudo do perfil sociodemográfico dos socioeducandos realizado por Distrito Federal (2023). Também apresentaram justificativas relacionadas com à distância entre os espaços escolares e as residências e ainda com possíveis conflitos ocorridos entre a comunidade escolar.

Observou-se também o histórico de reprovações na trajetória escolar dos participantes. Na percepção deles os motivos que justificam as reprovações, são: “*EJA e má-influência de amigos*”; “*expulsão*”, “*implicância dos professores*”; “*trabalho*”, “*faltas*” e destaca-se a justificativa “*não aprendi a ler*”.

A justificativa “*não aprendi a ler*” apresenta relação com “efeito desaprendizagem” (DEMO, 2021). Saviani (2011) ensina que frequentamos a escola para aprender os conhecimentos elementares (aprender a ler, escrever, contar e calcular) habilidades adquiridas durante o período de alfabetização, do 1º ao 3º ano do ensino fundamental, podendo ocorrer até o 5º ano do ensino fundamental em um processo contínuo durante toda a vida escolar. A relação da justificativa com “efeito desaprendizagem” e com o ensinamento do autor possibilitou o questionamento quanto aos métodos de alfabetização utilizados e quanto aos critérios de avaliação, promoção e reprovação escolar.

Outro fator observado na trajetória escolar dos participantes é a constatação de defasagem escolar que apresenta relação com múltiplos fatores tais como condições socioeconômicas, infrequência escolar, reprovação, dificuldades de aprendizagem, entre outros. A defasagem escolar é aspecto preocupante no histórico dos participantes, pois contribui para a desmotivação com a escola e para o abandono escolar.

Observou-se também o aspecto dificuldades de aprendizagem, que foi descrito por um participante como situação desconsiderada pela escola, conforme relato: Adolescente 5: *A escola nunca prestou atenção nessa situação para tentar tomar alguma atitude. A única vez que eles prestaram atenção, passaram uma rotina que, no final das contas, não ajudou em nada e às vezes me dava 1 hora de descanso, pra usar o celular, mas acabava que furava a rotina completamente*".

Observou-se que a escola conhecia a dificuldade de aprendizagem do estudante e promoveu estratégia para tentar resolver a questão, mas a estratégia realizada não recebeu acompanhamento de modo a mensurar sua eficácia, optando-se por permitir o uso do celular para descanso, como uma estratégia para silenciar o adolescente e invisibilizar sua dificuldade. Observou-se também que a percepção do participante é de frustração e reclamação em relação à estratégia adotada pela escola, já que para ele a intervenção não contribuiu para a resolução do problema.

Também se observou o relato dos participantes se referindo a dificuldades de aprendizagem apenas em matemática, conforme relato: Adolescente 4: *Só em matemática, porque o professor não ensinava direito, aí criava a dúvida*. E Adolescente 6: *Tenho mais dificuldade só nas exatas*.

Os relatos também apresentam relação com a ocorrência do "efeito desaprendizagem" da matemática, visto que no Distrito Federal o índice de aprendizagem adequado de matemática é de apenas 61,3% nos anos iniciais do EF; 28,1% nos anos finais do EF e 17% no ensino médio (DEMO, 2021).

Os relatos de dificuldade de aprendizagem possibilitam a reflexão quanto à necessidade de acompanhamento individualizado da aprendizagem de adolescentes. Não se trata de ofertar um ensino individual, no sentido de que não haja interação entre alunos, professores e demais profissionais da escola, uma vez que somos seres sociais. Trata-se, porém, de ofertar estratégias específicas para cada estudante, de acordo com cada especificidade apresentada durante o percurso escolar. Neste sentido, conhecer as necessidades individuais de cada estudante pode ser estratégia para elaboração de intervenções mais assertivas em relação às necessidades apresentadas.

2.3.1 Relações escolares

A relação com professores e trabalhadores da escola (direção e coordenação, profissionais da merenda e limpeza) foi descrita como “*tranquila*”, apesar de alguns conflitos ocasionais relacionados à disciplina e comportamento em sala de aula. No entanto, houve relatos sobre a percepção de que os professores “*ficavam marcando*”, conforme trecho em destaque. Adolescente 6: *Hoje em dia a relação é “de boa”, mas antigamente tinha essa questão das marcações. Do sexto ao nono ano os professores que ficavam me marcando.*

Outro relato se refere a uma relação conflituosa com a direção, especialmente devido ao seu histórico escolar dos estudantes. A percepção é de que a direção “*pega no pé*” devido a fatos ocorridos em outras escolas, mas acessados pela escola atual por meio do histórico escolar, conforme observa-se no relato do Adolescente 1: *Não, é por causa que, como eu já tenho muito antecedente, tem vez que eu chego na escola já “pisado”, aí já fica pegando no pé.* (Pesquisadora): *Quando você fala de que a escola te persegue por causa dos seus antecedentes, você acha que a escola viu as coisas que você fez em outras escolas ou a sua ficha de ato infracional?* (Adolescente 1): *Não, eu tive o ato infracional foi esse ano, eu já estava fora da escola.*

A abordagem da escola perante as situações relatadas é percebida como uma abordagem de controle disciplinar (FOUCAULT, 1987) que desconsidera o desenvolvimento humano (BOCK, 2007; VIGOTSKI, 1996) ao considerar que fatos relacionados a algum tipo de “mal comportamento” seja suficiente para julgar os estudantes como “bagunceiros” e cercá-los de vigilância, controle e punição. Esta relação aparenta ser cercada por preconceitos, pré-julgamentos e descrença quanto às possibilidades de alteração da trajetória dos estudantes.

O favorecimento do diálogo (FREIRE, 1996), por meio do emprego de uma escuta ativa, empática e mais compreensiva, bem como a condução do processo de ensino-aprendizagem permeado por uma relação de respeito que considere a condição de desenvolvimento da adolescência, as questões socioeconômicas, a trajetória de vida e a trajetória escolar dos estudantes é compreendido como estratégia que favorece a melhoria das relações escolares.

2.3.2 Motivos para frequentar a escola

A frequência escolar é percebida como importante mesmo com todas as contradições relacionadas a esse espaço. Os participantes se referiram à importância de frequentar a escola para *aprender os conteúdos escolares* e para *obter melhores possibilidades no futuro*.

A compreensão de ser importante frequentar a escola para aprender os conteúdos escolares se relaciona à noção de que a aquisição desses conhecimentos contribui para o desenvolvimento pessoal,

para avançar nos degraus da escolarização ou ainda para obter melhores oportunidades no mercado de trabalho, enfatizando a necessidade de habilidades fundamentais para o progresso da formação individual e social.

Já a perspectiva de uma educação para o futuro permite o questionamento quanto ao sentido da educação na vida presente dos adolescentes. A percepção parece ser de que todo esforço e dedicação atual com a escola só será reconhecido no futuro e aduz uma conexão entre a formação educacional voltada para o mundo do trabalho e a compreensão social de maior reconhecimento aos indivíduos que cursam o nível superior e tem bons empregos em uma perspectiva escolar de formação voltada para o mercado de trabalho, desconsiderando a formação de outras habilidades necessárias para a vida em sociedade.

2.3.3 Sugestões de melhorias

A percepção dos participantes indica que para estimular a frequência escolar e contribuir para a aprendizagem escolar dos adolescentes em liberdade assistida são necessários *investimentos em infraestrutura escolar*, enfatizando a necessidade de ar-condicionado e ventiladores nas salas de aula, melhorias no lanche, melhorias no mobiliário das escolas, melhorias relacionadas à organização e limpeza da escola e melhorias no uniforme.

Também foram sugeridas a *aprendizagem de conteúdos mais significativos* para a vida cotidiana destacando a relevância de estudar conteúdos que tenham uma aplicação prática e direta em suas vidas com a inclusão de aulas mais flexíveis e atividades fora da sala de aula que possam enriquecer a experiência educacional, tornando o aprendizado mais envolvente e relevante, como declarado pelo Adolescente 5: *Aprender o que vai realmente impactar na nossa vida. Como sei lá, uma educação financeira? Aprender a cuidar das finanças, né? E até mesmo a educação sexual que é algo bem importante para nós, porque, “aquela coisa”, a maioria dos casos estão acontecendo dentro das nossas casas. Seria importante as crianças saberem disso.*

Observou-se que o currículo atual pode ser percebido pelos participantes como muito teórico e desconectado da realidade e necessidades diárias dos estudantes, demonstrando a necessidade de reformulação do currículo atual de modo a incluir novos conteúdos no currículo existente que possam agregar conhecimentos aos estudantes, mas sem abandonar os conteúdos tradicionais necessários para a vida cotidiana.

Destacou-se ainda a sugestão de melhoria no *diálogo* (FREIRE, 1996) especialmente relacionado ao diálogo com os professores, durante o processo de ensino/aprendizagem e também do *abandono de práticas tradicionais como a cópia de conteúdos*, conforme trecho em destaque:

Adolescente 1: *Precisa melhorar a paciência. Os professores também precisam entender a faixa etária (dos alunos) porque acham que você tem que aprender isso aí, tem que aprender de todo jeito, entendeu? Mas não, né, não é assim! Tem gente que não consegue aprender, precisa ter um pouquinho mais de calma, paciência. Você copia, mas copiar é uma coisa. Mas você entendeu, você leu o que você está escrevendo? Não, né? A única coisa que eu tinha que fazer era ir para a escola e mostrar atividade. Passar na prova passando uma cola ali é fácil, só cola, mas não aprende. O professor da noite chega, senta, passa um monte de “bagulho” no quadro e senta de novo. Explica nada não, dá nada, só fala. Só escreve, aí você copia, na próxima aula você entrega e pronto.*

Observou-se a valorização dos professores que demonstram paciência, empatia e se importam com o bem-estar, o aprendizado e favorecem um ambiente de confiança e respeito com os alunos e crítica aos professores que assumem uma postura de desrespeito aos estudantes.

Observou-se também advertência quanto a necessidade de os professores estarem cientes das diferentes formas dos alunos aprenderem, respeitando a condição de desenvolvimento e as dificuldades de aprendizagem que podem apresentar. Tal advertência apresenta concordância com os ensinamentos de Vigotski (1996) quanto à condição de desenvolvimento dos adolescentes e a aquisição, em diferentes idades, de habilidades cognitivas, emocionais e níveis de maturidade, que influenciam a forma como os alunos aprendem e interagem com o conteúdo, destacando a importância de os professores reconhecerem que nem todos os alunos aprendem no mesmo ritmo ou da mesma maneira e que a aprendizagem requer paciência e calma, uma vez que a ansiedade e a pressa dos professores podem ser contraproducentes, levando à frustração e desengajamento dos alunos.

Observou-se ainda a crítica aos professores (da EJA) que utilizam de equivocados métodos e técnicas tradicionais de ensino por meio da cópia de informações que não contribui para a aprendizagem, bem como quanto a postura de alguns professores quanto à mediação da aprendizagem ocorrida pela solicitação de cópias de conteúdos que não são explicados e que também não é dada a oportunidade para o aluno solicitar uma explicação melhor, motivada por uma percepção de que os professores da EJA adotam uma postura de tratamento diferenciado entre os alunos.

2.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS - GRUPO FOCAL

2.4.1 Condições básicas e socioeconômicas

Coletivamente os participantes verbalizaram sobre as condições sociais e econômicas enfrentadas por eles e suas famílias para permanecerem na escola, conforme relatos:

Adolescente 2: *Para pensar em sonho tem que ver a realidade que é o Brasil. Eu conheço muita gente que tem uma renda ótima, tem uma vida boa e estão recebendo os auxílios tudinho, e a*

gente que precisa realmente não consegue. Eu mesmo estou tentando correr atrás dos auxílios do governo porque não tem uma renda fixa e não consigo.

Adolescente 3: Minha mãe não tem dinheiro para comprar um saco de arroz para casa, como vai comprar o caderno, comprar caneta, lápis, borracha? Computador? Impossível!

Adolescente 6: A maioria começa a aula mole, fraco, mas aí depois, quando chegava perto da hora de comer, ele dava mais uma animada.

Observou-se uma crítica ao sistema de distribuição de renda do país que impossibilita os adolescentes a sonhar e verbalizar sobre melhorias para a educação motivados por um sentimento de injustiça diante da reflexão de que muitos recebem auxílio sem necessidade, enquanto àqueles que mais precisam não acessam os benefícios ofertados pelo governo.

Observou-se ainda os impactos da condição de pobreza no acesso à alimentação e o reflexo da privação de alimentos no processo de aprendizagem. A percepção relacionada aos alunos mostrarem maior energia e engajamento nas aulas após se alimentarem na escola possibilita a afirmação de que não há condições de aprendizagem quando se convive com a insegurança alimentar.

2.4.2 Relação aluno-professor e apoio emocional

Observou-se grande ênfase sobre a relação entre professores e alunos durante o grupo focal, com relatos de situações ocorridas no cotidiano escolar, que, na percepção deles, poderiam melhorar. Houve a sugestão da adoção de métodos de aprendizagem mais lúdicos que contribuam para uma sensação de leveza durante o processo, citando como exemplo os professores dos anos iniciais que forneciam maior assistência para a aprendizagem, mas que após ingressar no segundo ciclo do ensino fundamental, este apoio cessou.

Observou-se a percepção de uma mudança significativa entre o estilo de professor e o estilo do ensino em uma comparação entre anos iniciais e anos finais do ensino fundamental, indicando uma insatisfação com a qualidade do corpo docente a partir do 6º ano do ensino fundamental e mencionando a falta de professores mais qualificados e sugerindo que, além do domínio dos conteúdos tradicionais, os professores precisam ter habilidades pedagógicas e emocionais para lidar com os alunos.

Observou-se uma sugestão relacionada a necessidade de os professores possuírem habilidades emocionais ou que seja providenciada a contratação de psicólogos para atender as demandas dos adolescentes em relação às questões escolares e também relacionadas a necessidade de compreensão, acolhimento, orientação e influências positivas dos professores e da escola. Tal sugestão justifica-se

pela percepção de que a não disponibilidade de modelos positivos na escola geram a busca por influências negativas na rua e no crime.

Observou-se ainda relatos relacionados a episódios de preconceito, desrespeito e conduta profissional duvidosa dos professores, sugerindo a percepção de que os professores podem discriminar ou ignorar os alunos pela presença de estereótipos e preconceitos no ambiente escolar, e que alguns alunos não recebem auxílio escolar necessário, fator que impacta na aprendizagem e na motivação para estudar, conforme relato do Adolescente 3: *Professor tem preconceito por aparência. Eles olham para a cara da pessoa e já julgam. Você está estudando todo um ano com ele e durante o ano todo o professor não veio te ajudar por preconceito, isso também já incentiva muito os alunos a parar de estudar.*

Os participantes indicaram a comunicação e a abordagem em sala de aula de conteúdos mais significativos como estratégias que podem melhorar a relação entre professores e alunos. Vigotski (2006) ensina que a comunicação é a atividade principal dos adolescentes em desenvolvimento. Dessa maneira, a sugestão de melhorias na comunicação entre professores e alunos possibilita um desenvolvimento saudável e uma aprendizagem mais significativa aos jovens estudantes.

2.4.3 Possibilidades para a aprendizagem escolar de adolescentes em liberdade assistida

Os participantes verbalizaram quanto as estratégias para o ensino dos conteúdos escolares e quanto aos conteúdos ou temáticas que poderiam ser abordados pela escola para contribuir com a aprendizagem escolar de adolescentes em liberdade assistida, relatando sobre uma percepção de diferenciação entre os conteúdos abordados no ensino público e no ensino privado. Há uma sensação de que eles não aprendem tudo o que deveria ser aprendido na escola pública, motivados por uma percepção de que o Enem inclui questões que alunos de escolas públicas não são capazes de resolver, gerando uma sensação de desigualdade de condições para o acesso aos níveis mais elevados de ensino e também desmotivação na continuidade dos estudos.

Observou-se a percepção dos adolescentes de que alunos de escolas públicas aprendem menos (em quantidade e em qualidade) que alunos de escolas particulares, fator que apresenta descompasso com as legislações que pressupõem igualdade de condições a todos os adolescentes brasileiros independente de condições (socioeconômicas, de raça, gênero, entre outras).

Observou-se também uma percepção acerca da necessidade de descomplicar o ensino e reduzir a quantidade de conteúdos abordados durante o ano letivo, questionando-se quanto a qualidade da aprendizagem em um modelo de ensino baseado em uma abordagem de conteúdos em excesso e cópias de grandes quantidades de material sem aparente necessidade e sem receber explicações

adequadas sobre o conteúdo, conforme verbalizado pelo Adolescente 5: *Tem que simplificar mais os negócios! Porque em uma aula eu tenho que pensar “34 coisas” diferentes? “Tipo” em biologia: em uma aula está aprendendo sobre ecossistema e “do nada” já está explicando a diferença de biosfera e outros “bagulho” lá. Eles podiam tirar só uma aula para explicar só um “bagulho”, porque o ano fica corrido demais. E eles botam muita coisa para a gente copiar e não explica. E quando explica, explica complicado.*

A percepção indica a utilização de uma abordagem pedagógica tradicional por parte de alguns professores possibilitando uma aprendizagem mecânica que pouco agrega conhecimento aos estudantes e encontra-se em desacordo com o que é defendido pelas teorias do desenvolvimento na adolescência como estratégias para a aprendizagem na fase da adolescência (BOCK, 2007; FERREIRA, 2015; LIBÂNEO, 2005).

Observou-se ainda como sugestões de estratégias para a aprendizagem dos conteúdos escolares, o estímulo a um ensino baseado na valorização do pensamento criativo (autoral) em substituição ao pensamento decorado (tradicional), motivados por uma necessidade de expressar suas próprias ideias e de aprenderem conteúdos e temáticas atuais e importantes para a vida em sociedade que agreguem conhecimentos práticos e significativos para a vida prática dos estudantes.

Essa observação pode ser verificada no relato do Adolescente 3: *Eu acho que as escolas e os professores deviam ensinar nós a pensar de modo criativo, não de modo decorado. A maioria já vem com o pensamento decorado e isso dá muita ansiedade. Um dia você tem que decorar aquilo e dar a resposta certinha do jeito que tem que tá ali. Agora, a criatividade, não. Você responde com sua forma de pensar e tem mais de uma forma correta. E acho que devia ser ensinado, por exemplo, educação sexual com as crianças, né? Porque isso é um dado, né? Que a maior parte dos abusos infantil acontece dentro de casa.* E no relato do Adolescente 2: *Educação financeira no ensino médio seria “top”. Ainda mais que é no ensino médio que a gente começa a trabalhar. Quando fui para o segundo ano, eu fui inventar de morar sozinho, foi aí que eu vi a dificuldade de pagar as contas.*

Por fim, observou-se que as sugestões para o adolescente em cumprimento de liberdade assistida aprender o que é ensinado na escola incluem abandono de práticas segregacionista de separação de estudantes por um critério de “*bom ou mal*” comportamento para “*não atrapalhar aqueles que “têm um futuro”*”; necessidade de adoção de estratégias pedagógicas personalizadas que considerem as necessidades dos estudantes e capacitação dos professores para atuar com adolescentes.

3 CONCLUSÃO

O estudo permite a conclusão de que na percepção dos participantes há a necessidade de repensar ou aprimorar o processo de ensino e aprendizagem, por meio da construção de uma escola que considere efetivamente as particularidades individuais dos socioeducandos, promovendo a condução do ensino com atenção, respeito e efetividade da aprendizagem.

Para garantir o alcance efetivo da aprendizagem escolar se faz necessário a reformulação do currículo por meio da análise dos conteúdos propostos com reelaboração ou eliminação de conteúdos em excesso e valorização dos conteúdos mais significativos para a vida cotidiana e em sociedade. Demandando-se o aprimoramento ou superação de métodos de ensino tradicionais, tais como o procedimento de copiar conteúdo. Assim, observou-se a sugestão dos participantes quanto a adoção de métodos de ensino e aprendizagem mais simplificados que garantam a compreensão dos estudantes sobre os conteúdos abordados e estimulem e valorizem o pensamento criativo (autoral) em substituição ao pensamento decorado (tradicional).

Além disso, verificou-se que é premente que haja um tratamento pautado na ética e respeito, nas relações entre estudantes e trabalhadores da escola, sobretudo com o abandono de práticas segregacionistas e preconceituosas que apartam os estudantes.

Os adolescentes valorizam e reconhecem o espaço escolar, mesmo diante das adversidades enfrentadas, como espaço que além de ser um ambiente de aprendizado, é também um espaço de socialização e desenvolvimento pessoal. A importância atribuída à escola reflete uma consciência sobre a necessidade de estar preparado para os desafios da vida adulta, para o mercado de trabalho e para a convivência em sociedade, enxergando na escola uma oportunidade crucial para ampliar suas perspectivas e construir um futuro melhor. Essa percepção enfatiza a urgência de fortalecer e transformar a política educacional vigente, de modo a garantir que a escola não apenas mantenha seu valor simbólico, mas também se torne efetivamente um espaço de aprendizagem significativa, onde todos os adolescentes possam se desenvolver plenamente.

Os professores são vistos como elementos essenciais no processo de aprendizagem, sendo suas atitudes e métodos de ensino determinantes para a qualidade da experiência educacional dos estudantes. As críticas dirigidas àqueles docentes que não estabelecem um relacionamento respeitoso e construtivo com os estudantes, bem como àqueles que se limitam a práticas pedagógicas mecânicas, como a cópia de conteúdo, sem promover um ensino efetivo, evidenciaram a insatisfação dos adolescentes com profissionais que adotam abordagens pouco engajadoras.

Assim, a pesquisa evidencia a necessidade urgente de uma reavaliação das políticas e práticas educacionais, de modo a criar um ambiente escolar mais equitativo e adaptado às reais necessidades

dos adolescentes em liberdade assistida. As sugestões apresentadas pelos participantes oferecem diretrizes valiosas para a implementação de mudanças que possam transformar a escola em um espaço verdadeiramente acolhedor e eficaz, capaz de promover a aprendizagem significativa e o desenvolvimento integral de todos os alunos.

É imprescindível, portanto, que a escola atenda às necessidades e particularidades do socioeducando, reconhecendo-o como um indivíduo singular e valioso, bem como que ofereça uma experiência educativa que facilite a construção de conhecimentos fundamentais para sua reinserção na sociedade, além de promover o exercício crítico e consciente de seus direitos, com sua participação efetiva. O socioeducando busca afirmação pessoal, acolhimento, sentimento de pertencimento e aceitação. Atender a essas necessidades é crucial para favorecer a aprendizagem escolar, o desenvolvimento do pensamento crítico, a autonomia e a emancipação.

Como contribuição social, o estudo destaca o descompasso existentes entre a legislação e a realidade educacional enfrentada pelos adolescentes em liberdade assistida e promove um debate sobre a importância de garantir que todos os alunos, independentemente de suas circunstâncias, tenham acesso a uma educação de qualidade que respeite suas particularidades e necessidades. Isso tem o potencial de reduzir desigualdades sociais e promover uma maior justiça educacional.

Todavia, sem pretensão de esgotar o tema, o presente estudo permitiu a realização efetiva da reflexão sobre a aprendizagem escolar, numa percepção dos socioeducandos em cumprimento de liberdade assistida da GEAMA Ceilândia Norte.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, R. E. dos. A educação escolar de adolescentes e a formação dos conceitos científicos. *Temas em Educação e Saúde*, Araraquara, v. 7, 2017. DOI: 10.26673/tes.v7i0.9556. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/9556>. Acesso em: 27/02/2024.
- BARBOUR, R. Grupos Focais. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOCK, A. M. B. Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2007.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal. 1988.
- BRASIL. Decreto 72.846 de 26 de setembro de 1973. Dispõe sobre o exercício da profissão de orientador educacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d72846.htm. Acesso em: 12/08/2024.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 8.069, de 13/07/1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2012.
- BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Lei nº 12.594, de 18/01/2012.
- BRASIL. Decreto - Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal, 2020.
- DEMO, P. Atividades de Aprendizagem - Sair da mania do ensino para comprometer-se com a aprendizagem do estudante. Campo Grande, MS. Secretaria de Educação do Mato Grosso do Sul - SED/ MS, 2018.
- DEMO, P. Alter 1653 - O que é Aprender? 2021. Disponível em: <https://pedrodemo.blogspot.com/2022/07/alter-1653-o-que-e-aprender.html>
- DEMO. P. Efeito Desaprendizagem. ISBN: 9798718325379. Independently published, 2021.
- DISTRITO FEDERAL. SECRIANÇA. Portaria nº 374 de 20 de outubro de 2014, que cria o fluxo de atividades das Unidades de Atendimento em Meio Aberto. Diário Oficial do Distrito Federal: Brasília, 2014.
- DISTRITO DEDERAL. IPEDF – INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL. Trajetória dos Socioeducandos no Distrito Federal: meio aberto e semiliberdade 2022. Relatório. 2ª edição. Brasília: IPEDF, 2023.
- DISTRITO DEDERAL. Projeto Político Pedagógico nas medidas socioeducativas do Distrito Federal – meio aberto. Brasília: Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, 2013.

DISTRITO DEDERAL. Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania. Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal. SEJUS, 2022. Disponível em: <https://www.sejus.df.gov.br/subsecretarias-2/>. Acesso em: 20/12/2022.

FERREIRA, J. Z. O Adolescente e o Jovem em Conflito com a Lei e a Escolarização: possibilidade de humanização? Maringá, 2015. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/4568/1/000220961.pdf>

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete 24ª ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 29 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LAKATOS. E. M. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIBÂNEO, J. C. Tendências pedagógicas na prática escolar. São Paulo: Loyola, 2005.

NOGUEIRA, M. O. G. e LEAL, D. Teorias da aprendizagem um encontro entre os pensamentos filosófico, pedagógico e psicológico. 2 ed. Curitiba: Inter Saberes, 2015.

SAVIANI, D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11 ed. rev. (Coleção educação contemporânea). Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Portaria Conjunta nº 10, de 1º de novembro de 2018. Disponível em: http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/0d03f9846ab7444d8c7f5457478781bb/Portaria_Conjunta_10_01_11_2018.html. Acesso em: 20 de março de 2024.

VIGOTSKI, L.S. Obras escogidas IV. Madri: Visor, 1996.

VIGOTSKI, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 10.ed. São Paulo: Ícone, 2006. p.103-117. em: https://formacaodocente.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/aprendizagem_e_desenvolvimento_intelectual_na_idade_escolar_texto_3.pdf. Acesso em: 28/06/2024.